

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

9 de novembro de 2021



Uma semana curta no Congresso Nacional, já que a segunda-feira, 1º de novembro, foi emendada com o feriado da terça (2/11). Mas, ainda assim, **a semana que passou foi um retrato triste do que é a Câmara nesses últimos tempos.**

O atual presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP/AL), parece estar se inspirando no que tivemos de pior. Está nos lembrando a presidência do então deputado Eduardo Cunha (MDB/RJ), que nunca aceitava um resultado contrário e sempre manobrava até que a posição que ele defendia saísse vencedora.

Lira, para conseguir o número necessário de votos para a aprovação em primeiro turno da PEC dos Precatórios (**PEC 23/2021**), autorizou de forma inédita que deputados que estavam afastados, em missão, votassem. A repercussão de mais essa manobra está sendo grande. Seguem as pressões e negociações do governo e seus aliados para conseguirem manter a aprovação na votação em segundo turno.

O recurso de liberação de emendas, para que deputados votassem a favor foi mais uma vez utilizado. Vamos ver como fica, agora que a ministra do Supremo Tribunal Federal suspendeu o pagamentos das emendas que fazem parte do “orçamento secreto”, esquema que estaria sendo usado para ampliar base de apoio no Congresso.

Bolsonaro e seu governo seguem zombando da ciência e da pandemia. Com mais de 610 mil mortes nas costas, conceder a si mesmo a Medalha de Ordem Nacional do Mérito Científico, sendo defensor ferrenho de posições negacionistas e anticientíficas só pode mesmo ser deboche.

Para mostrar quem manda, o presidente ainda **vetou alguns do nomes inicialmente indicados**, por terem posições contrárias às suas.

Em **Carta Aberta**, vários dos/das cientistas agraciados/as recusaram a homenagem por não concordarem com as posições defendidas pelo governo. Para se autoindicar, o presidente se baseou no **Decreto 4.115/2002**, que dispõe sobre a Ordem Nacional do Mérito Científico, instituída pelo **Decreto 772/1993**.

Seguindo a postura do governo, de questionar a vacinação, o Ministério do Trabalho e Previdência publicou a [Portaria 620/2021](#) que, entre outras medidas, considera prática discriminatória a obrigatoriedade de certificado de vacinação em processos seletivos de admissão de trabalhadores, assim como a demissão por justa causa de empregado em razão da não apresentação de certificado de vacinação.

Nesta semana estamos atentas à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher que, com base no [REQ 55/2021](#), de autoria das deputadas Erika Kokay (PT/DF) e Fernanda Melchionna (PSOL/RS), agendou para sexta-feira (12/11) a continuação do debate sobre o [PL 478/2007](#) e seus apensados, que trata do Estatuto do Nascituro. Agora para ouvir as posições contrárias à proposta.

A audiência contará com a participação da Comissão de Seguridade Social e Família, com base no [Requerimento 341/2021](#), apresentado pelas deputadas Vivi Reis (PSOL/PA), Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Tereza Nelma (PSDB/AL) e pelos deputados Jorge Solla (PT/BA) e Alexandre Padilha (PT/SP).

Como convidadas, que irão com propriedade argumentar em defesa dos direitos das mulheres, representantes das organizações Anis — Instituto de Bioética, CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, Católicas pelo Direito de Decidir, Rede Feminista de Juristas (DeFEMde) e Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras (incluída com base no [REQ 56/2021](#), de autoria da deputada Fernanda Melchionna - PSOL/RS).

O PL 478/2007, de autoria dos deputados Luiz Bassuma (PT/BA) e Miguel Martini (PHS/MG), e os seus apensados, aguardam parecer do relator, deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTB/MT), na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMulher).

Das 19 proposições apensadas, 12 foram apresentadas por deputados, três delas pelo Capitão Augusto (PR/SP); e sete por deputadas, sendo quatro delas por Chris Tonietto (PSL/RJ).

Além da proposição principal, quatro das propostas apensadas também tratam do Estatuto do Nascituro propriamente dito ([PL 11148/2018](#), [PL 434/2021](#), [PL 489/2007](#) e [PL 11105/2018](#)) e cinco da proteção ao nascituro ([PL 788/2019](#), [PL 564/2019](#), [PL 537/2020](#), [PL 1979/2020](#) e [PL 8116/2014](#)), defendendo o “direito à vida desde a concepção”.

Cinco das propostas apensadas aumentam as penas nos casos de aborto, alterando o Código Penal (PL 1006/2019, PL 1007/2019, PL 1009/2019, PL 2125/2021 e PL 260/2019).

Duas propostas instituem datas comemorativas, o PL 518/2020, que institui o dia de Homenagem à Vida Humana desde a concepção; e o PL 4149/2019, que institui a Semana Nacional do Nascituro. Outras duas dispõem sobre o apoio àquelas mulheres que optarem por não realizar o aborto, concedendo pensão até a criança completar 21 anos (PL 3748/2008) ou benefício mensal até os 18 anos (PL 1763/2007).

Uma única proposta defende timidamente o direito das mulheres interromperem a gravidez, o PL 1085/2011, de autoria do deputado Cleber Verde (PRB/MA), que dispõe sobre a assistência para a mulher vítima de estupro que vier a optar por realizar o aborto legal, concedendo uma bolsa-auxílio de três meses para aquelas que comprovarem ter sido a gravidez em decorrência de violência sexual e exigindo, como parte da comprovação Boletim de Ocorrência Policial, o que atualmente não tem amparo legal.

Resultados da semana

1 a 5 de novembro

CÂMARA

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) aprovou o **Requerimento 252/2021**, de autoria do deputado Leo de Brito (PT/AC) para a realização de audiência pública para que seja aberto ao público debate sobre a necessidade de combate ao feminicídio no Acre.

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) aprovou o parecer pela aprovação, com substitutivo ao **PL 2449/2020**, de autoria do deputado Bohn Gass (PT/RS) que garante transparência no processo de pagamento do auxílio emergencial decorrente da emergência de saúde pública causada pelo coronavírus (Covid-19). A Matéria vai à CTASP.

SENADO

O Plenário do Senado aprovou o **PL 2353/2021**, de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES), que proíbe a discriminação de doadores de sangue com base na orientação sexual. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Em pauta na semana

8 a 12 de novembro

Confira a agenda da semana [aqui neste link!](#)

Novas propostas apresentadas

Facilitar o acesso da mulher a procedimentos de esterilização cirúrgica, é o que propõe o [PL 3897/2021](#) (na origem [PLS 107/2018](#)), de autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP), que altera a Lei que trata do planejamento familiar.

Prazo máximo para realização da cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher, é o que propõe o [PL 3900/2021](#), de autoria da deputada Rejane Dias (PT/PI).

Obrigações de locais de entretenimento adotarem medidas de auxílio e segurança às mulheres em situação de risco é a proposta do [PL 3875/2021](#), apresentado pela deputada Aline Gurgel (REPUBLIC/AP).

Alterar o Código Penal para obrigar o Poder Público a divulgar a existência do crime de importunação sexual é o que sugere o [PL 3863/2021](#), de autoria da deputada Renata Abreu (Pode/SP).

Vale a pena conferir!

Coalizão Direitos Valem Mais: Nota Técnica – Piso Mínimo Emergencial e Ações Prioritárias para a destinação de emendas em saúde, educação, assistência social e segurança alimentar e nutricional, com um conjunto de propostas para a Lei Orçamentária Anual 2022.

Outras Palavras: [Balanço da ação feminista em tempos de pandemia](#)



Radare elaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#), a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).